



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

(011) 95446-2020 | pormassas.org | cpe-pr@pormassas.org

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

Membro do Comitê de
Enlace pela Reconstrução
da IV Internacional

Maio/2023

Todo apoio à greve docente das universidades estaduais do Paraná

Desde o dia 22 de maio todos os docentes das sete universidades estaduais do Paraná estão em greve. Na UEL, a greve começou no dia 8 de maio. A reivindicação que unifica o movimento é o pagamento de 42% de perdas salariais acumuladas desde 2016, mesmo índice de perdas de todo o funcionalismo estadual vinculado ao poder executivo.

Embora todo o funcionalismo amargue as mesmas perdas salariais, somente os docentes das universidades estão em greve. Isto se deve fundamentalmente ao bloqueio das direções das outras categorias contra a mobilização e enfrentamento com o governo. Predomina entre elas uma orientação de colaboração de classes, que se traduz na permanente busca de atalhos para evitar enfrentamentos, ilusões nos parlamentares e no judiciário ou na possibilidade de “acordos” com o governo à margem de qualquer luta. Por isso, elas buscam resolver a defasagem salarial por fora da reposição das perdas acumuladas por todo o funcionalismo, e privilegiam a discussão em separado para alterar seu próprio plano de cargos, carreira e salários, facilitando a protelação indefinida da tramitação dessas eventuais alterações e, ao mesmo tempo, dividir o funcionalismo.

Quanto aos professores das universidades, a razão da mobilização unificada ora em curso pode se explicar não só pela defasagem monumental dos salários, mas ao conjunto de pressões que decorrem da deterioração das condições de trabalho impostas pelo governo Ratinho Jr., desde a pandemia, condições que se agravaram com a aprovação e aplicação da LGU – Lei Geral das Universidades. Essa lei, apoiada e implementada pelas reitorias têm agravado brutalmente as condições de trabalho já precárias impedindo a realização de concursos para substituição das aposentadorias, aumento consequente do volume de trabalho e adoecimentos, ingresso de um exército de professores temporários em situação ainda mais precária e pressões sobre os cursos com pouca demanda. Também a implementação da LGU transformou as universidades em repartições do governo, retirando-lhes quase por completo qualquer autonomia.

O mérito da greve docente consiste na recusa a permanecer passivos diante dos sucessivos e crescentes ataques do governo e encarar o caminho da luta. Ademais, foi importante o passo dado pelo Comando Sindical Docente de se desligar da política colaboracionista do FES

– O Fórum das Entidades Sindicais que tem mantido o funcionalismo na passividade desde 2015.

O desafio posto ao movimento de greve é se estender até obrigar o governo a cumprir a lei e pagar o que deve. Também é importante manter o movimento pela reposição integral, pois esta reivindicação é comum ao conjunto do funcionalismo que, em algum momento, pode romper o bloqueio das suas direções se espelhando no movimento dos docentes. Por isso, é decisivo manter a caracterização da proposta feita pelas reitorias de alteração do Plano de Cargos Carreira e Salários como uma manobra para evitar e socavar a greve docente, pois ela só foi colocada pouco antes da greve se iniciar, não teve a participação efetiva dos docentes e os reitores mentiram publicamente em defesa dessa manobra, afirmando que a sua “não tramitação” se devia à greve, reforçando a postura do governador que afirmou não negociar com grevistas.

A greve docente tem uma dimensão política implícita, pois se choca com a política do governo Ratinho Jr. que deliberadamente ataca os servidores públicos e os serviços sociais. É a primeira greve que esse governo enfrenta, pois no primeiro mandato foi favorecido pela pandemia e pela política das direções sindicais que mandavam os servidores ficarem em casa. Entretanto, assim como a greve de 2001-2002 contra o arrocho salarial imposto pelo governo Jaime Lerner tinha subjacente a resistência contra as propostas de privatização das universidades, esta greve tem também embutida a rejeição à LGU, imposta pelo Ratinho Junior e a ALEP.

Por isso, se impõe a necessidade de combinar nas ações da greve a organização da resistência contra a LGU – cujos efeitos perversos e dissolventes já se manifestam no cotidiano das universidades – e a luta pela sua revogação.

Cada vez mais, se coloca a urgência dos estudantes e técnicos das universidades se engajarem na luta geral não apenas em apoio à greve docente, mas no enfrentamento da LGU.

Defendemos a constituição de comitês unificados para organizar a luta pela revogação da LGU em todas as universidades e a retomada do movimento unificado que enfrentou a tramitação da LGU em 2019.

**Todo apoio à greve docente pela reposição de
42% das perdas acumuladas!**